

Brasil e Coréia do Sul: Estado Desenvolvimentista, Inserção Externa e Problemas no Balanço de Pagamentos

Rafael C Barroso¹

Abstract

This article aims to analyze the Brazilian and South Korea situation after the 1997 Asian crisis. It searches an answer to the question why Korea has recovered its growth path while Brazil still strives to resume its growth path.

The first step is to characterize two distinct problems in the Balance of Payments, namely: solvency problems and liquidity problems. The article hypothesizes that the Brazilian and Korean problems differs in nature.

Possible explanations are: the dismantling of the Brazilian developmental State while Korea has retained its planning and policy-making capabilities, the way trade and financial liberalization occurred in both countries and the regional dynamics encompassing Latin America and Southeast Asia.

Resumo

Este artigo visa analisar a situação de Brasil e Coréia do Sul após a crise asiática em 1997. Ele busca responder porque a Coréia sai da crise e retoma sua trajetória de crescimento rapidamente enquanto o Brasil ainda hoje patina na sua tentativa de voltar a crescer.

O primeiro passo para entender essa diferença é distinguir e conceituar dois tipos de problema no Balanço de Pagamentos: o problema de solvência e o de liquidez. O artigo trabalha em cima da hipótese, de que Brasil e Coréia do Sul diferem, na natureza de seus problemas.

Possíveis respostas são: o desmonte do Estado desenvolvimentista brasileiro ao longo da década de 1980 e 90, ao passo que a Coréia reteve sua capacidade de planejamento e de fazer política, a forma como foi feita a liberalização comercial e financeira nos dois países, a dinâmica regional dos dois sub-continentes; a América Latina e o Sudeste Asiático.

¹ Mestrando IE/UFRJ

II - Problemas de Balanço de Pagamentos

Atualmente há muita discussão e alguma confusão na literatura teórica acerca das crises de balanço de pagamentos. Depois da crise nos países latino-americanos no início da década de 1980 e do colapso do sistema monetário europeu em 1992-93, pensava-se que havia se visto todos os tipos possíveis de crises externas e o debate acadêmico em torno delas, estava relativamente morno. Porém as crises externas que se abateram sobre os países Asiáticos a partir da metade de 1997 e varreram em seguida, com alguma defasagem e diferentes magnitudes, Rússia, Brasil, Argentina e Turquia reacenderam o debate no campo acadêmico e entre os formuladores de política.

Como dito acima, hoje há uma plethora de interpretações concorrentes que se coadunam em maior ou menor grau. *Krugman (2001)*, por exemplo, identifica três gerações de modelos para crises monetárias. A primeira é a que derivou de um artigo de sua própria autoria, *Krugman (1979)*, cuja causa são os fracos fundamentos macroeconômicos do país. De acordo com essa explicação, um país com câmbio fixo e déficits gêmeos, esgota suas reservas tentando defender uma taxa de câmbio irreal. O esgotamento destas reservas deixa o país sem meios para honrar seus compromissos externos, o que em última instância determina a crise monetária e uma conseqüente desvalorização cambial, para que o país volte a “caber” em seu balanço de pagamentos.

A segunda geração de modelos surgiu para explicar os ataques especulativos aos países europeus, apesar dos mesmos exibirem bons fundamentos macroeconômicos em contraste com os “países da primeira geração de modelos”. Os países europeus daquela época tinham suas taxas de câmbio interligadas por um sistema de bandas publicamente anunciado.

Estes modelos assumem que há uma circularidade entre a ação dos agentes e as políticas econômicas. As autoridades possuem supostamente uma função-objetivo, onde derivam um ganho em manter uma taxa de câmbio fixa ou administrada, mas também sofrem perdas, pois manter essa taxa de câmbio fixa *ad eternum*, implica custos em termos do produto da economia que as autoridades talvez não estejam dispostas a incorrer.

Logo estes modelos têm como solução: múltiplos equilíbrios e comportam situações onde desvalorizações (entendidas como a passagem de um equilíbrio a outro) ocorrem sem que haja deteriorações nos fundamentos e ataques especulativos acontecem sem que as reservas sejam depauperadas.

Como as crises recentes não se encaixam em nenhum desses modelos, Krugman cita ainda uma terceira geração de modelos, ainda nascente, que foca a questão da intermediação financeira e dos efeitos da liquidez. Nestes modelos, efeitos de contágio, bolha, risco moral, pânico financeiro e socorro desordenado têm grande importância explicativa.

A classificação feita por Krugman, é em certo sentido enganosa, na medida que pode levar o leitor a acreditar que as crises de segunda geração superaram as de primeira e ambas foram superadas pelas de terceira geração. Ou seja, todas as crises vividas daqui para frente serão classificadas como fenômenos da terceira geração de crises ou quiçá de uma quarta geração.

A taxonomia adotada no presente artigo segue a elaborada por *Medeiros & Serrano, (2001)*. Não obstante sua compatibilidade com a categorização feita acima, ela guarda sutis diferenças, que merecem considerações mais detalhadas.

Primeiramente, se aceita a existência de dois tipos, simultâneos ou não, de problemas do balanço de pagamentos.

O primeiro é o problema de sustentabilidade ou solvência do balanço de pagamentos. Este é o que se usualmente se refere como problema de balanço de pagamentos. Um país está insolvente quando não possui moeda forte para honrar seus vencimentos externos, pois não foi capaz de obtê-la em última instância através de suas exportações.

Este tipo de problema é o que em grandes linhas é descrito na maioria dos modelos de primeira geração sem, contudo deixar escapar que a sequência de causações que o precedem podem variar de país para país. Contudo, este tipo de problema de balanço de pagamentos sempre acaba em desvalorizações cambiais ou recessões ou em ambos.

O segundo tipo de problema de balanço de pagamentos é a crise de liquidez, que ocorre quando os credores externos de um país resolvem subitamente não renovar os empréstimos vincendos nos períodos subseqüentes. Um país pode então se ver sem moeda forte para honrar seus compromissos apesar de apresentar um passivo externo líquido sustentável.

Esse outro tipo de crise parece guardar semelhanças com o que Krugman chama de modelos de terceira geração de crises. Isso pode ser dito porque em ambos o fluxo de capitais desempenha papel preponderante na explicação da crise e ambos admitem que tal crise pode ocorrer não obstante a presença de fundamentos macroeconômicos sólidos.

Uma analogia com o sistema bancário é ilustrativa e pode ajudar o leitor a entender por completo a diferença entre os dois conceitos. É sabido que devido ao sistema de reservas fracionárias, os bancos estão naturalmente expostos a fenômenos como corridas bancárias, crises de confiança, etc, o que justifica toda uma regulamentação bancária e a existência do banco central.

Um banco, assim como um país, também enfrenta situações de insolvência quando o seu passivo é maior que o seu ativo. Ou seja, quando o banco tem mais a pagar a seus clientes do que a receber dos seus tomadores de empréstimo. Isto é muito similar a situação de um país insolvente, onde as obrigações em dólar são maiores do que o montante a receber.

Outro fenômeno bem conhecido na literatura bancária e que encontra paralelos com problemas de balanço de pagamentos é a situação onde ocorrem corridas bancárias. Similarmente ao caso de países que não estão insolventes, bancos solventes, podem se encontrar ilíquidos momentaneamente se por algum motivo grande parte de seus correntistas resolverem sacar seus depósitos todos de uma só vez.

Isto é o mesmo que ocorre com países cuja razão PEL/ exportações é sustentável, mas suas reservas não são suficientes para garantir que no curto prazo todos os detentores de ativos denominados em moeda local conversíveis em moeda forte sejam atendidos no exercício de seu direito.

Novamente um banco comercial insolvente assim como um país, não necessariamente irá enfrentar também uma corrida a seus depósitos, pois podem ocorrer situações onde a autoridade monetária intervenha de modo a garantir o recebimento por parte de todos os correntistas. Isto é também no caso dos bancos as duas crises não necessariamente ocorrem conjuntamente.

A pergunta pertinente agora é como reconhecer e diferenciar os dois tipos de crise.

A relação central para se verificar a sustentabilidade do crescimento com déficit externo é a razão entre Passivo Externo Líquido (PEL) e exportações. Como apontado por *Domar (1950)* não é o tamanho do PEL que importa, mas sim a taxa de crescimento das exportações frente à taxa de juros que serve esse passivo. Se a primeira for maior que a segunda, o crescimento é sustentável.

Na prática é muito difícil saber a que taxa média está se servindo o passivo, uma vez que existem diversas formas de financiamento internacional. Portanto uma aproximação para essa relação é a razão entre déficit em conta corrente e exportações.

Já para a ocorrência de crises de liquidez externa, a relação que deve ser monitorada é a razão entre passivo externo líquido de curto prazo e reservas cambiais. A razão para isso é que se essa relação for menor ou igual a um, por maior que seja a corrida às reservas o Banco Central pode garantir que todos receberão a quantia em dólares equivalente aos seus ativos em moeda local.

Fica claro então que a composição de prazos e tipo de financiamento do PEL: capital especulativo, investimento estrangeiro direto, capital de portfólio, empréstimos de instituições multilaterais, etc, não influi na ocorrência do primeiro tipo de problema do balanço de pagamentos. Entretanto ela é crucial para a possibilidade de ocorrência de uma crise de liquidez.

Também é importante ressaltar que uma crise do primeiro tipo não implica na ocorrência de uma crise do segundo tipo e vice-versa. Um país pode, em teoria, conseguir sair de uma situação de insolvência desvalorizando e/ou reduzindo seu ritmo de crescimento sem necessariamente ter que passar por uma crise de liquidez.

Na verdade o mecanismo de transmissão entre as duas é a taxa de câmbio e a taxa de juros. Um diferencial na taxa de juros doméstica atrai fluxos de capital que acabam por provocar uma valorização na taxa de câmbio, diminuindo a competitividade das exportações, deteriorando a posição em conta corrente e lançando dúvidas sobre a solvência do país. Se o país não quer desvalorizar a sua moeda, por exemplo, por temer o efeito inflacionário de tal medida, ele opta então por diminuir o ritmo de crescimento, aumentando assim as taxas de juros e reforçando o problema inicial, jogando o país num círculo vicioso de difícil saída².

As duas relações apresentadas, como sinais a serem monitorados e utilizados para distinguir a natureza da crise, são sintéticas e podem não capturar em sua totalidade e em 100% dos casos uma crise vindoura. Porém estão fortemente apoiados na teoria econômica e devem ser encarados pelo leitor como uma condição necessária, porém não suficiente para a ocorrência das mesmas. Este é o mesmo pensamento de *Sachs & Radelet*, que chegaram a seguinte conclusão acerca da Tabela abaixo reproduzida, resumidamente:

² Para uma explicação mais formalizada e menos estilizada, ver *Taylor (1998)*.

Tabela 1 - Relação Dívida de Curto Prazo/ Reservas, 1994 e 1997

País	Junho de 1994	Junho de 1997
Argentina	1,325	1,210
Brasil	0,702	0,792
Chile	0,506	0,447
Colômbia	0,515	0,674
Índia	0,303	0,301
Indonésia	1,724	1,704
Coréia do Sul	1,623	2,060
Malásia	0,252	0,612
México	1,721	1,187
Paquistão	0,740	2,440
Filipinas	0,405	0,848
África do Sul	14,964	3,124
Taiwan	0,189	0,244
Tailândia	0,992	1,453
Turquia	2,061	0,814
Zimbábue	1,319	1,635

Fontes: BIS (1998) e FMI (várias publicações)

“É também interessante notar que a relação era maior que 1,0 em diversos outros países que não foram afetados pela crise (inclusive os países asiáticos em 1994). Isso sugere que a dívida de curto prazo superior às reservas não necessariamente causa uma crise, mas torna um país vulnerável a um pânico financeiro”.[in Krugman, Paul (Ed) – Crises Monetárias – São Paulo, Makon Books, 2001 – pp153-4].

III – Dados Empíricos

Nesta seção apresentar-se-á os dados empíricos para o período de 1980 até o dados mais recente, 2002 ou 2003, dependendo da série, para as relações discutidas na seção anterior ou para variáveis “proxy”, quando não se dispõe dos dados desejados.

Tabela 2 - Relações Seleccionadas do Setor Externo - Brasil e Coréia - 1980-2003

Ano	Saldo CC/ Export		Saldo CC/ PIB		Dívidas CP/ Reservas	
	Brasil	Coréia	Brasil	Coréia	Brasil	Coréia
1980	(0,6328)	(0,3080)	-5,36%	-8,54%		
1981	(0,5025)	(0,2220)	-4,53%	-6,62%		
1982	(0,8066)	(0,1218)	-6,00%	-3,43%		
1983	(0,3093)	(0,0655)	-3,57%	-1,85%		
1984	0,0035	(0,0488)	0,05%	-1,43%		
1985	(0,0097)	(0,0299)	-0,12%	-0,85%		
1986	(0,2382)	0,1380	-2,06%	4,38%		
1987	(0,0548)	0,2160	-0,51%	7,44%		
1988	0,1237	0,2419	1,37%	8,02%		
1989	0,0300	0,0864	0,25%	2,42%		
1990	(0,1204)	(0,0316)	-0,81%	-0,80%		
1991	(0,0445)	(0,1193)	-0,35%	-2,85%		
1992	0,1707	(0,0537)	1,58%	-1,30%		
1993	(0,0175)	0,0100	-0,16%	0,24%		
1994	(0,0416)	(0,0424)	-0,33%	-1,00%	0,7833	1,5361
1995	(0,3953)	(0,0694)	-2,61%	-1,77%	0,5888	1,7181
1996	(0,4922)	(0,1778)	-3,03%	-4,45%	0,6286	2,3420
1997	(0,5746)	(0,0597)	-3,77%	-1,74%	0,7037	3,2347
1998	(0,6534)	0,3053	-4,24%	12,71%	0,5932	0,7497
1999	(0,5277)	0,1687	-4,72%	6,04%	0,7537	0,5761
2000	(0,4398)	0,0695	-4,02%	2,65%	0,8306	0,5155
2001	(0,3987)	0,0530	-4,55%	1,88%	0,7711	0,4087
2002	(0,1275)	0,0330	-1,71%	1,13%	0,6185	0,4406
2003					0,3642	0,3846

Fonte: Banco Central do Brasil, Bank of Korea

Notas: Dados de dívida de CP do Brasil para 1994 são referentes ao segundo trimestre do mesmo ano. Para 2003 os dados são referentes ao terceiro trimestre para ambos os países

Na tabela acima números entre parênteses ou com sinal negativo devem ser interpretados como um déficit em conta corrente para o país, ou seja, o país recebeu mais dólares do que enviou ao resto do mundo no saldo de suas transações correntes.

É apresentada também a relação entre dívida externa bruta de curto prazo e reservas, pois esta é a melhor Proxy disponível para a relação PELcp/ Reservas para ambos os países. Essa série só está disponível a partir de 1994, pois foi a partir de meados da década de 1990 devido a liberalização da conta capital e das crises de liquidez que se passou a prestar atenção para estes dados.

A coluna do meio apresenta um a terceira relação não discutida anteriormente, mas que por ser muito usual na análise de problemas de Balanço de Pagamentos também é a apresentada para o leitor.

Os dados confirmam a nossa hipótese inicial. A partir de meados da década de 1990, época que no Brasil coincide com a implantação do plano Real os indicadores de solvência e de liquidez do país começaram a se deteriorar.

O déficit em conta corrente do Brasil que representava um pouco menos que 2% de suas exportações em 1993, atingiu o equivalente a 65% das exportações brasileiras em 1998. Como proporção do PIB estes mesmos números passaram de 0,16% em 1993 para 4,72% em 1999.

O indicador de solvência também apresenta números pouco alentadores. Como seu histórico é menor a série já apresenta números senão insustentáveis, mas que pelo menos deveriam soar um alarme para o país. Ao final de 2000, o estoque da dívida externa de curto prazo do país correspondia a mais de 80% das reservas internacionais brasileiras.

A situação da Coreia do Sul é diferente. Historicamente devido ao grande volume de empréstimos externos que financiaram os seus planos de desenvolvimento, a Coreia do Sul apresentava um alto déficit em conta corrente, porém a partir da década de 1980 estes déficits foram revertidos para resultados mais equilibrados.

No biênio 1994/95 o déficit em conta corrente coreano ficou em média em 5% de suas exportações. Em 1996, ano anterior à crise asiática, no qual este indicador de solvência apresentou o seu pior desempenho, o déficit atingiu magnitude equivalente a 17% das exportações, índice quase três vezes menor que o brasileiro para o mesmo ano.

Portanto não se sustenta no caso coreano o argumento de que a crise de 1997 foi uma crise de solvência do balanço de pagamentos.

Porém quando se olham os números para o indicador de liquidez coreano, verifica-se que desde o início da série os números são altos, acima da razão unitária. Isto é, caso os credores externos de curto prazo resolvessem não renovar seus empréstimos para a Coreia do Sul simultaneamente, os sul-coreanos não teriam como pagá-los. No ano de 1997 estes empréstimos representavam mais de três vezes o valor das reservas internacionais coreanas.

Conclui-se então que o problema sul-coreano difere do problema brasileiro, pois a Coreia do Sul não tinha problemas de solvência, mas sim de liquidez a curto prazo o que a tornou vulnerável a uma crise “sistêmica” como foi a crise asiática de 1997.

Já o Brasil não enfrentava problemas de liquidez na mesma proporção que a Coreia do Sul, porém sua situação também não era também confortável. Em 2002 quando o indicador

apresentou números em patamar similar, o país sofreu uma crise de liquidez num contexto de crise mais amplo onde novamente o país enfrentou problemas de solvência externa, dívida pública interna em trajetória insustentável e incerteza quanto à continuidade da política econômica vigente.

IV –Origens do Estado Desenvolvimentista Coreano e Brasileiro

A próxima secção vai procurar argumentar que a despeito das similaridades da industrialização tardia e do Estado desenvolvimentista, presente em ambos os países como extensivamente demonstrado por *Amsden, (2001)*, a inserção externa desses dois países se deu de forma diferente o que condicionou em última instância as sucessivas crises de balanço de pagamentos apresentadas pelo Brasil e a relativa inexistência de restrições externas ao crescimento sul-coreano, consoante com os números apresentados na secção anterior.

Antes porém é apresentado nesta secção um breve sumário do que se entende por industrialização tardia e o seu modelo assim como se apresenta em linhas gerais a história sul-coreana recente em seus aspectos que serão relevantes para a discussão seguinte. Busca-se com isso situar o leitor historicamente e também no referencial teórico usado para a análise.

Primeiramente por industrialização tardia entende-se o caso dos países que se industrializaram no pós-guerra. Este é um fenómeno diferente das industrializações anteriores, marcadamente aquelas feitas durante a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, pois não foram feitas na base da invenção ou inovação e sim calcadas no aprendizado das técnicas existentes.

Amsden, (1989) reconhece esta especificidade e enxerga quatro instituições comuns aos países que lograram se industrializar tardiamente, a saber: um Estado intervencionista, grupos empresariais grandes e diversificados, oferta abundante de gerentes assalariados e competentes e por último uma oferta abundante de mão-de-obra treinada e de baixo custo.

É na primeira instituição o Estado intervencionista ou desenvolvimentista como ficou conhecido que se encaixa tanto o Estado Brasileiro no período 1930-1980 e o Estado Coreano no período que se inicia em 1960. O conceito de Estado Desenvolvimentista foi primeiro utilizado e proposto por Chalmers Johnson em seu livro clássico de 1982³ sobre a industrialização japonesa.

³ Johnson, Chalmer 1982. MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975

Woo-Cummings (1999) se refere a ele como um estado Weberiano ideal, intervencionista porém fugindo da dicotomia socialista versus capitalista. É um estado capitalista plenamente racional, que junta propriedade privada com a liderança estatal.

Chang, (1999) mais didaticamente define o Estado desenvolvimentista como aquele que cria e regula as relações políticas e econômicas que apóiam a industrialização sustentada, necessária para o desenvolvimento econômico.

Agora cabe situar este Estado na história econômica dos dois países. No Brasil podemos datar a ascensão do Estado desenvolvimentista com o primeiro governo Vargas. Ainda que uma única data para representar um período longo guarde imprecisões, foi com Vargas que se iniciou a montagem do Estado Desenvolvimentista brasileiro.

É de sua época a promulgação do código de águas e do código de minas. A legislação trabalhista de Getúlio, ao fazer do Estado um mediador do conflito capital-trabalho, também permitiu que as empresas se desenvolvessem sem grandes preocupações com greves e pressões salariais. Por último é de sua época o início da aparelhagem do Estado com um corpo de burocratas, escolhidos por critérios meritocráticos, que vão levar a cabo a tarefa de planejar e liderar a industrialização brasileira. Exemplo disto é a criação do DASP(1937), do Departamento Nacional do Café(1933) e do Conselho Nacional do Petróleo(1938)

Esta fase de crescimento liderada pelo Estado desenvolvimentista brasileiro foi brutalmente encerrada pela crise da dívida na década de 1980 que desarticulou a capacidade de financiamento e mobilização do Estado, ademais de impulsionar a inflação além do controle governamental. Isso tudo fez com que a agenda desenvolvimentista fosse posta de lado em favor da agenda do ajuste.

A experiência sul-coreana de Estado desenvolvimentista inicia-se em atraso comparativamente com a brasileira. Razões para isso não faltam. Em 1910, o Japão anexou formalmente a Coreia ao seu território depois de um longo período dinástico influenciado pela China e pelo próprio Japão, passando a ocupá-la e governá-la. A ocupação japonesa termina em 1945 com a derrota dos mesmos na Segunda Guerra. Porém 5 anos depois, a Coreia se vê envolvida numa outra guerra, a guerra da Coreia, esta no contexto da Guerra Fria. A guerra da Coreia se encerrou em 1953 com a divisão do país em duas unidades, política e economicamente, distintas, tendo a Coreia do Sul terminado sobre o protetorado americano.

Após a guerra, a Coréia do Sul foi governada por um governo ditatorial. Porém o governo de Syngman Rhee não fez nada para promover o crescimento de longo prazo nem aproveitou a gigantesca ajuda financeira proporcionada pelos EUA.

Este período foi caracterizado por desavenças entre a visão americana que se opunha a um grande programa desenvolvimentista, canalizando assim os seus recursos em grande parte para o financiamento do consumo, e que também pregava a precedência de um ajuste macroeconômico sobre o desenvolvimento e as posições governamentais radicalmente opostas de prioridade ao crescimento. Some-se a isto um grande nível de corrupção patrocinado pela administração de Rhee, que tornava os EUA mais cautelosos na concessão de empréstimos para qualquer empresa ou órgão governamental

Em 1960 então após reprimir protestos estudantis o governo de Rhee caiu e foi substituído pelo governo parlamentar democraticamente eleito de Chang Myon. Este por não ser muito diferente de seu antecessor também gerou protestos estudantis e foi deposto num golpe militar pelo General Park Chung Hee em maio de 1961.

Foi com Park que a ideologia desenvolvimentista triunfou e se institucionalizou com a implementação já a partir de 1962 dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social.

V – Inserção Externa: Brasil x Coréia

Esta seção compara a inserção externa dos dois países, buscando as raízes dos constantes estrangulamentos brasileiros e a relativa liberdade coreana para o crescimento.

Em primeiro lugar, a diferença que salta aos olhos dos analistas é a diferença no comportamento das exportações nos dois países (vide tabela 3). Em 1967 as exportações brasileiras eram 5 vezes maiores que as coreanas, porém em 1978 o volume de exportações coreanas ultrapassa o brasileiro pela primeira vez. Entre 1979 e 1985 o desempenho exportador dos dois países é parelho, refletindo a estratégia exportadora de resposta a segunda crise do petróleo e o amadurecimento de projetos da indústria pesada em ambos os países. Porém a partir de 1986, as exportações coreanas empinam a um ritmo que as brasileiras não conseguem acompanhar até o final da década de 1990. O resultado é que as exportações coreanas hoje são mais de 2,5 vezes maiores que as brasileiras.

Tabela 3 - Brasil e Coréia do Sul - Receita das Exportações e Crescimento Nominal das Exportações- 1968-2003

Ano	Brasil		Coréia do Sul	
	Exportações	Cresc.	Exportações	Cresc.
1968	1.881,0	13,7%	455,4	42,2%
1969	1.933,0	2,8%	622,5	36,7%
1970	2.739,0	41,7%	835,2	34,2%
1971	2.904,0	6,0%	1.067,6	27,8%
1972	3.991,0	37,4%	1.624,1	52,1%
1973	6.199,2	55,3%	3.225,0	98,6%
1974	7.951,0	28,3%	4.460,4	38,3%
1975	8.669,9	9,0%	5.081,0	13,9%
1976	10.128,3	16,8%	7.715,3	51,8%
1977	12.120,1	19,7%	10.046,5	30,2%
1978	12.658,9	4,4%	12.710,6	26,5%
1979	15.244,4	20,4%	15.055,5	18,4%
1980	20.132,4	32,1%	17.245,3	14,5%
1981	23.293,0	15,7%	20.747,3	20,3%
1982	20.175,1	-13,4%	20.934,4	0,9%
1983	21.899,3	8,5%	23.271,6	11,2%
1984	27.005,3	23,3%	26.486,1	13,8%
1985	25.639,0	-5,1%	26.632,6	0,6%
1986	22.348,6	-12,8%	34.128,3	28,1%
1987	26.223,9	17,3%	46.559,9	36,4%
1988	33.789,4	28,8%	59.973,0	28,8%
1989	34.382,6	1,8%	61.832,0	3,1%
1990	31.413,8	-8,6%	63.659,7	3,0%
1991	31.620,4	0,7%	70.546,4	10,8%
1992	35.793,0	13,2%	76.209,5	8,0%
1993	38.554,8	7,7%	82.097,8	7,7%
1994	43.545,2	12,9%	94.982,5	15,7%
1995	46.506,3	6,8%	124.933,6	31,5%
1996	47.746,7	2,7%	130.037,6	4,1%
1997	52.994,3	11,0%	138.730,7	6,7%
1998	51.139,9	-3,5%	132.251,2	-4,7%
1999	48.011,4	-6,1%	145.375,4	9,9%
2000	55.085,6	14,7%	176.220,5	21,2%
2001	58.222,6	5,7%	151.478,3	-14,0%
2002	60.361,8	3,7%	163.414,0	7,9%
2003	73.084,0	21,1%	193.817,4	18,6%
Média		12,1%		21,0%

Fonte: BCB, BOK

Porém aqui devemos evitar cair no lugar comum de enquadrar a Coréia nos mesmos casos de economias de pequeno mercado doméstico como Cingapura e Hong-Kong, que não possuíam outra maneira de se industrializar a não ser pela via do comércio internacional.

A Coréia do Sul não é um mercado pequeno para padrões internacionais. Muitos países europeus como Bélgica e Suécia lograram se industrializar durante a Segunda Revolução Industrial e mais recentemente países latino-americanos de porte similares embarcaram na substituição de importações a despeito de seu pequeno mercado doméstico.

A performance exportadora sul-coreana também não pode ser atribuída à mentalidade desbravadora de seus empreendedores capitalistas. Muito pelo contrário, a obsessão com as exportações é desde o começo um traço do governo militar que via nas exportações uma maneira de suplantar as restrições externas ao crescimento, atingindo a auto-suficiência em reservas, podendo assim dispensar a ajuda financeira dos EUA.

Para isso o governo concedia subsídios às empresas coreanas condicionadas à metas de exportações que eram rigorosamente fiscalizadas. Some-se à isso um forte elemento de coerção que só um governo ditatorial e militar podia impor sobre o setor privado. Por último, as empresas eram compensadas por eventuais prejuízos nas exportações através de restrições à entrada em seus ramos de atividade no mercado doméstico e pela imposição de tarifas e barreiras não-tarifárias, o que aumentava seus lucros no mercado doméstico.

O caso brasileiro de relativa negligência das exportações também não pode ser enquadrado à resposta reducionista do tamanho do seu mercado. Este é um dos fatores que juntamente com a produção agrícola brasileira e os amplos recursos naturais brasileiros sempre forneceram as divisas necessárias para o desenvolvimento brasileiro. Além disso durante alguns períodos o ingresso de capitais estrangeiros também foi vital para as contas externas. Isso tudo somado explica porque as autoridades brasileiras negligenciaram por muito tempo as exportações, principalmente de manufaturados, como um meio de obter divisas necessárias à industrialização.

Somente na década de 1970 é que o governo passa a se preocupar seriamente com a exportação de manufaturados, conforme mostra a passagem em seguida: *“A diferença importante da experiência brasileira da década de 70, tanto em relação às experiências anteriores, quanto às de outros países, é que a opção pela política de substituição de importações foi feita sem que houvesse descontinuidade no incentivo às exportações.”* [CARNEIRO,1990]

A segunda grande diferença entre Brasil e Coréia do Sul, foi o grande volume de ajuda financeira despejada pelos EUA na Coréia desde a década de 50, que foi essencial para que o país fechasse as suas contas externas.

Segundo *Amsden,(1999)*, o fluxo anual médio de ajuda financeira, excluindo aquela direcionada exclusivamente ao reaparelhamento do exército coreano, no período de 1953-58 foi

de US\$ 270 Milhões, ou quase US\$ 12 per capita anuais. Isto é quase 15% do PNB anual médio e mais de 80% de moeda estrangeira que entrou na Coreia naquele período.

Os números da balança de pagamentos brasileira ajudam a ilustrar a relativa escassez de ajuda financeira ao Brasil. No mesmo período de 1953 a 1958 a conta transferências unilaterais registrou um déficit acumulado de 57 bilhões de dólares.

Os números coreanos contrastam fortemente com a realidade brasileira que teve que se valer de ambivalência diplomática para conseguir um empréstimo americano para a construção da CSN e foi relegado á segundo plano na geopolítica americana do pós-guerra, mesmo tendo cedido bases em seu território para a aviação americana e participado efetivamente nos combates em território europeu.

A Coreia por sua vez esteve na guerra contra os aliados, uma vez que era uma colônia japonesa. Porém na geopolítica do pós-guerra sua posição estratégica se elevou por ser ex-colônia japonesa, os EUA deveriam zelar para que qualquer resquício do imperialismo japonês fosse definitivamente enterrado. Além disso a Coreia estava perto da China comunista e a eclosão da guerra de Coreia com a ascensão do regime socialista da Coreia do Norte reforçou os temores americanos de que o Sudeste Asiático se tornasse uma área de influência soviética. Essas razões explicam grosso modo a benevolência americana em relação á Coreia do Sul.

Uma terceira diferença entre Brasil e Coreia diz respeito à importância do capital nacional na industrialização de ambos os países. No Brasil, o tripé:Estado, capital nacional e capital estrangeiro, tinha a sua perna capenga no capital nacional. Esta constatação é antiga como mostra a tabela 4 e a passagem de Reis Veloso,(1978) : *“Não existe uma solução para o problema da desnacionalização e outra para o problema da desestatização. Há uma solução só, que atende simultaneamente aos dois problemas: o fortalecimento da empresa privada, para que deixe de ser a coluna fraca do tripé econômico”*.

Na Coreia do Sul, em contraste, era o capital estrangeiro a coluna fraca do tripé. A Coreia se industrializou utilizando se largamente de capitais estrangeiros porém a parcela destes que tomava a forma de aquisição de ações em bolsa ou em empresas de capital fechado era baixa. Conseqüentemente, a remessa de lucros para o exterior nunca constituiu uma preocupação para os governantes sul-coreanos. Além disso o fato de o empresariado ser majoritariamente coreano tornou muito mais fácil para o governo discipliná-los e coagi-los na direção dos objetivos estatais.

Tabela 4 - Brasil: Participação de Multinacionais nas Vendas da Indústria por Setor - 1973 - %

Setor	Participação
Fumo	99,9
Material de Transporte	96,4
Produtos Farmacêuticos	93,0
Material Elétrico	76,2
Mecânica	74,7
Plásticos	70,1
Indústrias Diversas	66,4
Borracha	66,1
Minerais Não-Metálicos	59,7
Produtos Alimentares	53,8
Produtos Químicos	51,1
Vestuário e Calçados	49,7
Petróleo e Derivados	40,8
Têxtil	37,9
Papel e Celulose	37,1
Ferro e Aço	26,5
Madeira	17,6
Bebidas	14,7
Perfumaria e Sabões	3,3
Editorial e Gráfica	1,0
Mobiliário	0,0
Total	55,3

Fonte: Doellinger e Cavalcanti (1976)

Intrinsecamente relacionado com a questão acima está a desimportância dos Investimentos Diretos Estrangeiros tanto para financiar a balança de pagamentos coreana como para a industrialização. *Amsden (1989)* mostra dados para IDE de 1965 até a década de 1980 e a tabela 5 mostra para o período subsequente. Fica claro que a Coreia sempre recebeu menos volume de IDE que o Brasil tanto em termos absolutos como em termos relativos.

O Investimento Direto Estrangeiro no período desenvolvimentista brasileiro ganhou força com Juscelino Kubitschek. Até então vigorava um misto de desinteresse do capital estrangeiro com um esforço de se fortalecer a burguesia nacional. JK coloca o seu plano de metas como primeira prioridade e toma uma atitude pragmática quanto ao capital estrangeiro, aceitando a sua participação nas áreas indicadas pelo plano. Para isso JK também foi ajudado por um momento de internacionalização das empresas americanas e européias que estenderam sua concorrência oligopolística para os países da América Latina.

Tabela 5 - Brasil e Coréia - Investimento Estrangeiro Direto - 1980-2002

Ano	IDE - US\$ Milhões		IDE - % do PIB	
	Brasil	Coréia	Brasil	Coréia
1980	1.543,7	6,0	0,65%	0,01%
1981	2.314,7	102,0	0,90%	0,15%
1982	2.739,5	69,0	1,01%	0,09%
1983	1.137,8	68,5	0,60%	0,08%
1984	1.459,2	110,2	0,77%	0,12%
1985	1.337,3	233,5	0,63%	0,25%
1986	173,6	459,6	0,07%	0,43%
1987	1.030,8	616,3	0,37%	0,46%
1988	2.629,5	1.014,1	0,86%	0,56%
1989	606,8	1.103,7	0,15%	0,50%
1990	364,2	773,0	0,08%	0,31%
1991	87,2	1.162,7	0,02%	0,39%
1992	1.924,3	713,7	0,50%	0,23%
1993	798,6	573,8	0,19%	0,17%
1994	1.460,0	782,3	0,27%	0,19%
1995	3.309,5	1.766,9	0,47%	0,36%
1996	11.260,8	2.305,0	1,45%	0,44%
1997	17.877,4	2.778,1	2,21%	0,58%
1998	26.001,6	4.888,6	3,30%	1,54%
1999	26.888,0	8.889,2	5,01%	2,19%
2000	30.497,7	8.282,2	5,06%	1,79%
2001	24.714,9	3.189,2	4,84%	0,75%
2002	14.108,1	2.032,5	3,13%	0,43%

Fonte: BCB, BOK

A consequência de uma maior dependência em IDE é uma maior fragilidade das contas externas. Como mostra *Kregel, (1996)*, o IDE é a forma mais cara que um país em desenvolvimento pode lançar mão para se desenvolver, além disso quando associado a uma transferência de tecnologia como por exemplo para a construção de uma nova fábrica, o IDE faz com que novas importações de bens de capital e insumos sejam necessárias agravando o problema das contas externas. Além disso o autor atenta para o fato de que o IDE pode não ser tão permanente como supõe os seus defensores.

Tanto Brasil como a Coréia se utilizaram largamente de empréstimos externos para fechar suas contas externas. Ambos empregaram esse dinheiro também para financiar investimentos em detrimento do consumo.

Porém na Coréia o controle estatal sobre a alocação desse dinheiro era total. Este controle é resultado de duas características coreanas. A primeira é o sistema bancário coreano que foi estatizado pelo governo militar na década de 1960. Em segundo lugar, o governo modificou a lei de incentivo ao capital estrangeiro, concedendo garantias aos emprestadores contra eventuais desvalorizações. Portanto o governo estava em uma posição privilegiada pois como garantidor se

tornava um tomador muito atraente e controlando o sistema bancário, garantia que os recursos externos, que cobravam taxas de juros menores em relação ao mercado doméstico⁴, fossem direcionados de acordo com suas prioridades.

No Brasil, o governo através dos bancos estatais era fonte majoritária do crédito principalmente de longo prazo, porém nunca gozou de tamanha discricão na alocação do crédito pois não controlava todo o sistema bancário tampouco desfrutava de tal monopólio das captações externas.

Tabela 6 - Brasil e Coréia do Sul - Fluxo de Divisas - 1970-1990 - US\$ Milhões

Ano Série	Brasil Invest.(liq) em Carteira	Coréia Empréstimos Ext.(bruto)
1970	30,4	430,0
1971	40,1	644,0
1972	138,6	736,0
1973	260,8	864,0
1974	139,9	988,0
1975	95,9	1.278,0
1976	418,6	1.552,0
1977	719,5	1.879,0
1978	929,0	2.747,0
1979	639,9	2.707,0
1980	350,8	2.934,0
1981	(2,5)	2.937,0
1982	(1,6)	2.782,0
1983	(287,6)	2.467,0
1984	(272,3)	2.282,0
1985	(230,5)	1.988,0
1986	(474,7)	2.500,0
1987	(428,2)	2.667,0
1988	(497,9)	1.879,0
1989	(421,2)	1.332,0
1990	472,3	448,0

Fonte: BCB, BOK

Ainda em relação ao fluxo de empréstimos externos, Brasil e Coréia do Sul foram afetados diferentemente pelos choques do petróleo na década de 1970 e pela crise da dívida na década seguinte, pois o corte de crédito para o Brasil foi muito mais drástico como mostra a tabela abaixo. Apesar das séries não se referirem exatamente à mesma coisa, elas dão uma intuição sobre a direção do movimento de capitais.

Mais recentemente, um outro fator que difere o Brasil e a Coréia do Sul foram suas estratégias de abertura comercial e financeira. A Coréia do Sul começou a enfrentar pressões

⁴ Amsden,(1999) calcula que o custo real de se tomar dinheiro emprestado no exterior foi negativo de 1966 até 1980.

externas para que liberalizasse seus mercados desde o começo da década de 1980. Os grupos nacionais, tendo aumentado sua musculatura também buscavam uma maior liberdade do controle estatal.

Então na década de 1980 a Coréia do Sul embarcou em medidas liberalizantes apoiadas pelo Banco Mundial e FMI com o intuito de diminuir o grau de oligopólio de suas indústrias e diminuir as distorções internas.

A liberalização comercial tomou precedência sobre a financeira. A primeira iniciou-se na década de 1980, com o maior plano de liberalização comercial datando de 1983. A liberalização financeira só acelera-se a partir de 1986, porém restrições quanto à conta capital só são levantadas a partir da década de 1990. Não obstante como veremos adiante o resultado de ambas foi discreto.

O governo liberalizou o comércio internacional, retirando parte das tarifas e outras barreiras até então utilizadas. Ao final da década de 1980 a parcela de importações não-restritas atingiu quase 95% de todas as mercadorias, a tarifa média de importação caiu de 23,7% em 1980 para 11,2% em 1988.

Apesar das medidas descritas acima, no começo da década de 1990 o grau efetivo de abertura comercial coreano era tímido conforme mostram as citações abaixo de um documento da embaixada americana na Coréia e do artigo de Luciano Coutinho publicado em 1999.

Use of the Word “liberalization” in reference to Korea’s shifting items off its restricted list is somewhat misleading in the first place. At the time of their “liberalization” duties on the 104 items “liberalized at US request”, averaged 20% and many subject to duties of 30%, 40% or 50%. Generally, other nontariff barriers remained in place. [US Embassy. 1986.] “Has the US been negotiating improved Korean market access for Japan?” Mimeo, Seoul]

Embora a retórica dos planos quinquenais (5º e 6º) fosse de crescente liberalização e de ênfase no livre funcionamento dos mecanismos de mercados... não resta dúvida de que o Estado continuou determinando os rumos e as prioridades do processo de desenvolvimento... [Coutinho, 1999]

A liberalização comercial no Brasil ao contrário foi muito mais abrupta. Segundo o relatório de 1996 Tendências Econômicas e Sociais na América Latina e no Caribe da Cepal: “A liberalização comercial foi unilateral, intensa e concentrada”.

O objetivo do governo brasileiro com a abertura era tornar a concorrência o principal motor do desenvolvimento em oposição ao protecionismo e a intervenção estatal. Cruamente o que se propunha era uma volta às vantagens comparativas brasileiras.

Entre as medidas tomadas estava a completa eliminação de barreiras não-tarifárias, a abolição do anexo C que proibia a importação de 1300 produtos e a redução dos regimes de importação especial. A redução de tarifas objetivadas foi alcançada mais rápido do que se havia planejado. Em julho de 1993, o Brasil já contava com uma estrutura tarifária com tarifas entre 0 e 40%, cuja tarifa modal era 20%.

O impacto da abertura comercial na indústria brasileira é muito complexo não comportando análises extremadas de que haveria um fenômeno de “hollowing out” como se verificou no Chile e na Argentina, tampouco uma especialização produtiva como esperavam os liberais. O que se verificou foi regressão em alguns setores como o eletrônico, perda de elos em algumas cadeias produtivas porém também se verificou o fortalecimento de outros setores dinâmicos

Na década de 1980, como compensação a liberalização comercial o governo coreano reduziu a regulamentação sobre instituições financeiras não-bancárias, muitas das quais sobre controle dos chaebols e começou a privatizar os bancos, que apesar de restrições impostas começaram a ser controlados pelos chaebols, que conseqüentemente se tornaram mais líquidos e livres do controle governamental.

Não obstante o governo manteve um rígido controle sobre os bancos especialmente sobre a alocação de crédito, muitas vezes chegando a indicar seus diretores e mantendo o controle sobre bancos como Korea Development Bank (KDB) e Korea Export and Import Bank (KEXIM), que eram fontes importantes de crédito para os chaebols. Isso contribuiu para que os mecanismos de risco de crédito e supervisão financeira continuassem atrofiados na Coreia do Sul.

Ainda na década de 1980, o governo coreano desregulamentou o mercado de taxas de juros, até então prevalecia um sistema de múltiplas taxas de juros de modo a incentivar a poupança com taxas altas e fomentar o investimento com taxas baixas. Em 1987, o governo retirou algumas restrições sobre o mercado de câmbio deixando a moeda flutuar mais livremente, não deixando entretanto o regime coreano ser classificado como um de flutuação suja.

As primeiras restrições sobre a conta capital só foram levantadas em 1993 quando os bancos obtiveram maior liberdade para captar empréstimos externos de curto prazo, empréstimos com prazos maiores, IDE e o acesso direto das empresas ao mercado de capitais continuaram sob maior controle do governo. Esta medida iria se mostrar extremamente perniciosa, pois levou a acumulação de dívidas de curto prazo, em volume maior do que as reservas coreanas.

Some-se a isto a tradição de um sistema de bandas cambiais rigidamente administrados pelo Banco Central, o que deixou o mercado de hedging atrofiado e fez com que bancos e empresas não tivessem o costume de segurar suas posições em aberto em moeda estrangeira. Além disso a ligação umbilical entre bancos e empresas, completa o panorama que permitiu a detonação e o alastramento da crise sul-coreana de 1997. O resto é a história que todos nós já conhecemos.

No Brasil a abertura da conta capital ocorreu quase que simultaneamente á liberalização comercial. Em contraste com as duas liberalizações coreanas, a brasileira mais uma vez foi a mais radical.

O objetivo manifesto das medidas tomadas em 1991 era adaptar a legislação brasileira à nova realidade dos mercados centrais. As medidas adotadas permitiam que residentes assumissem passivos externos no exterior através da emissão de títulos no mercado internacional de capitais, estendiam as operações de repasse bancário, as operações aos setores de comércio, serviços, agrícola e imobiliário.

As medidas permitiam ainda a captação de recursos em bolsas estrangeiras, a possibilidade de residentes adquirirem ativos no exterior através de fundos de investimentos estrangeiros e das contas CC-5 e a possibilidade de investimentos estrangeiros através dos anexos, sendo o anexo IV para investimento em bolsa o mais utilizado.

O resultado como evidenciado pelos sucessivos sobressaltos vividos pelo Brasil na década de 90 foi um aumento da vulnerabilidade externa.

Até agora todas os pontos levantados tem como foco as políticas domésticas coreanas voltadas para o setor externo. Porém a última característica que diferencia a Coréia do Sul do Brasil em sua inserção externa é a dinâmica regional do Sudeste Asiático da dinâmica regional latino-americana.

Nas décadas de 1960 e 1970, as portas dos países desenvolvidos, principalmente dos EUA estavam abertas para as exportações dos países de terceiro mundo tanto da Ásia como da América Latina. É o chamado desenvolvimento a convite. Este quadro todo muda depois dos dois choques do petróleo e do acordo do Plaza em 1985 em Nova York. A dinâmica regional que se envolve a Coreia e o Brasil tornam-se estritamente diferentes.

A partir de 1985 há um deslocamento produtivo das empresas japonesas em direção ao Sudeste Asiático, concomitantemente com a ascensão japonesa ao posto de maior investidor internacional. Os acontecimentos pós-choque do petróleo engendram uma nova lógica de desenvolvimento regional no Leste Asiático, exposta didaticamente por *Medeiros, (1997)*.

Segundo o autor primeiramente tem-se um deslocamento de capital japonês para a conquista de mercados locais, substituindo importações nestes países. Esse deslocamento visava contornar as barreiras protecionistas impostas a produtos japoneses e a perda competitiva causada pela valorização do iene. Em seguida, verifica-se uma expansão das exportações das firmas japonesas instaladas nesses países em direção ao mercado dos EUA e EU. Simultaneamente verifica-se uma expansão das exportações japonesas principalmente de bens de capitais para estes países do Leste Asiático. Por último também há um intenso movimento de sub-contratação de empresas desses países pelas matrizes japonesas para que as primeiras forneçam insumos a baixo custo para as segundas.

A partir de 1988 os tigres asiáticos começam a replicar esse modelo principalmente com os países da ASEAN⁵. Esse fenômeno veio a constituir no Leste Asiático o que se denominou o modelo dos gansos voadores cuja hipótese básica é a de que as manufaturas com menor densidade tecnológica e mais intensivas em trabalho vão sendo reproduzidas sequencialmente em países de menor grau de industrialização, aproveitando os espaços deixados pelos países mais desenvolvidos.

É esta lógica de economia regional que sustentou o investimento e as exportações a partir da década de 1980 que permitiu que os componentes mais dinâmicos da economia coreana não arrefecessem e mantivesse o alto crescimento prévio. Não obstante a importância dessa nova dinâmica, não se deve subestimar os fatores arrolados previamente pois eles são condições para que essa dinâmica ocorresse.

⁵ Os países da ASEAN são Brunei, Cambodja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

A lógica regional que prevaleceu na América Latina a partir da década de 1980 foi totalmente distinta. Após a moratória mexicana em 1982 os países latino-americanos são alijados do fluxo de divisas. O Brasil passa a década de 1980 gerando mega-superávits na sua balança comercial para poder amortizar a sua dívida externa.

O Brasil só se re-insere no fluxo de capitais no início da década de 1990 após a securitização e renegociação da sua dívida dentro do Plano Brady. Porém o contexto agora é de liberalização comercial e financeira e a partir de 1994 de câmbio sobrevalorizado, que fragilizam a posição externa brasileira.

Os EUA embarcam numa ofensiva comercial, passando a proteger ramos menos dinâmicos da sua indústria, em contraste com o Japão que abandona a manufatura em seu território de certas indústrias, acumulando superávits com o Brasil na balança comercial além dos superávits já usuais na conta corrente. Portanto ao contrário da Coreia da Sul, a dinâmica regional tem um efeito contracionista para o Brasil.

VI – CONCLUSÃO

Apesar das semelhanças em seu desenvolvimento, Brasil e Coreia tiveram diferenças na sua trajetória de industrialização tardia que se mostraram fundamentais para explicar estágios atuais tão díspares e que condicionaram a inserção externa de ambos.

Em primeiro lugar o desempenho exportador coreano foi excepcional, com suas exportações crescendo sempre acima do crescimento das exportações mundiais. Isso fez com que a estratégia coreana de crescimento com endividamento externo não se tornasse perigosa, pois os indicadores de solvência que levam em conta as exportações nunca fugiam de limites prudentes. Uma consequência disso, como foi mostrado na terceira seção é que a Coreia nunca enfrentou uma crise de solvência no balanço de pagamentos.

A industrialização baseada no capital privado nacional e o papel secundário do IDE contribuíram também colocando menos pressão sobre as transações correntes coreanas, reforçando o perfil responsável do endividamento externo coreano.

Isso explica em parte o porque do crédito não ter escasseado para a Coreia do Sul na década de 1980 da mesma maneira que ocorreu com o Brasil. A estratégia coreana frente às

intempéries externas sempre foi de expandir as exportações, reforçando assim a virtude do seu modelo de desenvolvimento frente aos seus credores e as empresas classificadoras de risco.

Então ao final da década de 1980 Brasil e Coréia estavam em posições diferentes para enfrentar as pressões liberalizantes advindas dos países mais desenvolvidos. O Brasil extremamente dependente do dinheiro externo, desorganizado internamente em sua capacidade de planejamento e indução do desenvolvimento, cedeu às pressões liberalizando simultaneamente a conta capital e as transações correntes. Essa dupla liberalização foi o golpe de misericórdia sobre o Estado desenvolvimentista brasileiro que passou os anos 90 em busca de um novo modelo de desenvolvimento.

A Coréia do Sul por sua vez emerge na década de 1990 como uma nação fortalecida⁶, conseguindo manter durante a década de 1990, grande parte das características desenvolvimentistas do seu Estado. A tímida abertura comercial e liberalização financeira corroboram esta tese.

Não obstante a relativa força sul-coreana frente aos interesses externos, a Coréia do Sul cometeu alguns escorregões na liberalização financeira que redundaram na crise de liquidez sofrida em 1997. Porém a crise não invalida a tese da persistência do Estado desenvolvimentista coreano, evidenciada pela vigorosa recuperação subsequente baseada na mesma estratégia seguida anteriormente.

Mais uma vez não se deve negar a importância da dinâmica regional asiática, porém atribuir o sucesso coreano somente a ela ou no outro extremo ao Estado desenvolvimentista encobre grande parte da história. A parcela de sucesso de cada um assim como as direções de causação ainda estão para serem descobertas.

Em resumo, a retenção do caráter desenvolvimentista do Estado sul-coreano e a dinâmica regional asiática de fato explicam a retomada da trajetória de crescimento coreana no pós-crise ao passo que a renúncia das mesmas características desenvolve no Estado brasileiro e a dinâmica regional latino americana explicam o desempenho pífio da economia brasileira no mesmo período.

⁶ A realização das Olimpíadas de 1988 em Seoul e seu ingresso na OCDE são fatos emblemáticos da sua afirmação no rol das nações desenvolvidas.

VII - BIBLIOGRAFIA

AMSDEN, Alice H. – Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization – New York: Oxford University Press – 1989

AMSDEN, Alice H. – The Rise of the Rest: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies – New York: Oxford University Press -2001

CALVO, Guillermo A. – Crises de Balanços de Pagamentos nos Mercados Emergentes: Grandes Fluxos de Entrada de Capitais e Governos Soberanos in KRUGMAN, Paul (Ed) – Crises Monetárias - São Paulo: Makron Books – 2001

CARNEIRO, Dionísio Dias – Crise e Esperança:1974-1980 in ABREU, Marcelo Paiva – A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1989-1989 – Rio de Janeiro: Campus - 1990

CARNEIRO, Ricardo – Desenvolvimento em crise:A Economia Brasileira no último quarto do século XX – São Paulo: Editora Unesp/IE-Unicamp – 2002.

CHANG, Ha-Joon – The economic theory of the Developmental State in WOO-CUMMINGS, Meredith(Ed) - The Developmental State – New York: Cornell University Press – 1999

COUTINHO, Luciano – Coréia do Sul e Brasil: Paralelos, Sucessos e Desastres in FIORI, José Luís – Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações – Petrópolis: Ed. Vozes - 1999

DOMAR, E. – The Effect of Foreign Investment on the Balance of Payment – American Economic Review – 1950

ERTURK, Korkurt – On the Changing Nature of Currency Crises – Paper presented at the CEPA/ New School seminar...

KAMINSKY, Graciela, LIZONDO, Saul & REINHART, Carmen M. – Leading Indicators of Currency Crises – IMF Working Paper 97/79, Washington D.C.: IMF – 1997

KIM, Duk-Choong – Korean Experience in Economic Development Planning – Journal of Asian Economics, Vol 1, No 1, 1990,pp49-60.

KREGEL, J.A. – Some Risks and Implications of Financial Globalization for National Policy Autonomy –UNCTAD Review 1996, pp55-62.

KRUGMAN, Paul (Ed) – Crises Monetárias – São Paulo: Makron Books – 2001

KRUGMAN, Paul – A Model of Balance of Payment Crises – Journal Of Money, Credit, and Banking, 11(3), Agosto pp311-25

MEDEIROS, Carlos Aguiar de – Globalização e a Inserção Internacional Diferenciada da Ásia e da América Latina in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís – Poder e Dinheiro, Petrópolis: Editora Vozes - 1997

MEDEIROS, Carlos Aguiar de & SERRANO, Franklin – Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil in FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos Aguiar de – Polarização Mundial e Crescimento, Petrópolis: Editora Vozes – 2001

RADELET, Steven & SACHS, Jeffrey – O Despontar da Crise Financeira do Leste Asiático in KRUGMAN, Paul (Ed) – Crises Monetárias - São Paulo: Makron Books – 2001

REIS VELLOSO, João Paulo dos – Brasil: A solução positiva – São Paulo:Abril-Tec - 1978

TAYLOR, Lance – Capital Market Crises: Liberalisation, Fixed Exchange Rates and Market Driven Destabilisation – Cambridge Journal Of Economics, 22(6), Novembro, pp663-76 – 1998

WOO-CUMMINGS, Meredith – Introduction: Chalmers Johnson and the Politics of Nationalism and Development in WOO-CUMMINGS, Meredith(Ed) - The Developmental State – New York: Cornell University Press - 1999